

Desemprego desafia Lula e FH

Carlos Eduardo - 5/8/96

Josemar Gonçalves - 23/7/98

CRISTINA BORGES

O candidato da frente de oposições, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), diz que vai criar 15 milhões de empregos. O presidente Fernando Henrique Cardoso acena com 7 milhões, se for reeleito. Nenhum dos dois mostra, contudo, como pretende superar o maior obstáculo ao cumprimento de suas promessas - a redução do crescimento da economia.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro semestre a taxa média de desemprego foi 7,81% - a mais alta desde 1983. Para este ano, a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que mede a riqueza nacional, é de apenas 1,9%, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). Esses números mostram uma realidade dura: o desemprego tende a aumentar.

Para que o desemprego acabasse, a economia teria que crescer à taxa de 6% ao ano - mais que o triplo do que prevê o Ipea. Só assim seria possível absorver o contingente de de 1 milhão a 1,5 milhão de jovens que a cada ano ingressam no mercado de trabalho, segundo o professor Carlos Ivan Simonsen Leal.

"Nos próximos dez anos, o Brasil ainda vai ter uma taxa muito alta de pessoas entrando no mercado de trabalho. Isso significa que o país terá que gerar muitos empregos novos. Quando o PIB cresce a 3% ao ano, não gera o número de empregos novos suficientes", disse Simonsen Leal. O professor refere-se à criação líquida de emprego, isto é, empregos novos menos os empregos que deixaram de existir.

Simonsen Leal questiona a meta de 15 milhões de novos empregos anunciada por Lula. Considerando a força de trabalho no país e uma taxa de desemprego de 8%, mais a entrada de 1 milhão de no-



Fernando Henrique compensaria ajuste fiscal com vagas para mão-de-obra desqualificada



Meta de Lula para criação de postos de trabalho está fora da realidade, diz economista

vos trabalhadores por ano, encontra uma necessidade de 11,5 milhões de postos de trabalho, nos próximos quatro anos.

"Não vai ter mão-de-obra no Brasil para ocupar os 15 milhões de empregos propostos, a não ser que a diferença seja ocupada por menores de idade ou idosos", ironiza.

Embora bem mais modesta, a meta de Fernando Henrique - 7 milhões de empregos - é considerada ambiciosa e revela que Fernando Henrique pretende iniciar seu segundo mandato com um ajuste fiscal, interpreta Simonsen Leal.

Em um primeiro momento, a reforma fiscal implicaria aumento do desemprego, causado por corte de despesas públicas e elevação da carga tributária. Esses efeitos seriam contrabalançados com a criação de 7 milhões de empregos nas áreas de serviços, construção civil e turismo e beneficiariam principalmente a população de baixa escolaridade.

"A meta de Fernando Henrique pode ser factível, mas depende de sorte e de fatores favoráveis", ressalva Simonsen Leal. Os fatores favoráveis seriam a recuperação da capacidade de o governo financiar-se no longo prazo. Em outras palavras, queda das taxas de juro para reduzir a dependência do capital externo volátil e, conseqüentemente, o elevadíssimo déficit público.

José Márcio Camargo, do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), concorda que o corte de gastos públicos reduz o crescimento econômico, a curto prazo. Mas ressalta que o ajuste fiscal, aliado à execução das reformas da legislação trabalhista e da Previdência Social, permitirá a retomada do crescimento econômico a partir de 2000.

Nessas condições, continua o economista da PUC, já a partir do segundo ano do próximo mandato presidencial, o PIB poderá crescer

4% até chegar a 6% em 2002. Camargo lembra, entretanto, que esse cenário está condicionado à volta do crescimento da economia mundial.

Marcelo Neri, economista do Ipea, mostra-se otimista em relação à melhoria da taxa de desemprego. Ele estima que até o fim de 1997 haja uma recuperação de três pontos percentuais, permitindo fechar com taxa próxima dos 5,66% de 1997.

"Há sinais de reaquecimento da economia, determinado pela redução das taxas de juro, do IOF e do IPI para os automóveis, além do aumento de crédito para a construção civil", afirma Neri. A melhoria que ele antevê, contudo, não ocorrerá antes das eleições presidenciais. Na sua avaliação, não só a taxa de desemprego tende a ser menor como a qualidade dos postos de trabalho pode melhorar com o conjunto de medidas trabalhistas propostas pelo governo.